



Infância e identidade na Educação Infantil: caminhos pedagógicos para a valorização étnico-racial em uma creche no município de Jequié-BA

Anatalia Oliveira de Souza

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

oliveiraanatalia356@gmail.com

TRABALHOS COMPLETOS – GT 01 – Etnicidade, Memória e Educação

RESUMO

Este trabalho apresenta reflexões a partir de uma proposta pedagógica desenvolvida na Educação Infantil, cujo objetivo foi estimular a valorização da identidade e o respeito à diversidade étnico-racial entre crianças pequenas. A ação, intitulada “Como eu me vejo?”, integrou atividades de contação de histórias, rodas de conversa, autorretratos e práticas lúdicas, em diálogo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (Lei 10.639/03 e Lei 11.645/08). Partindo da compreensão de que a escola é espaço de construção de subjetividades, buscou-se ampliar a representatividade das culturas afro-brasileiras e promover experiências que fortalecem a autoestima e o sentimento de pertença das crianças. A metodologia envolveu observações, registros escritos e experiências de regência, evidenciando desafios e potências do trabalho pedagógico antirracista. Os resultados indicam que práticas que valorizam cor da pele, cabelos, culturas e histórias afro-brasileiras favorecem o reconhecimento da diversidade, o respeito mútuo e a construção de identidades positivas desde a infância. Conclui-se que investir em práticas educativas que integrem ludicidade e pertencimento cultural é fundamental para a formação de sujeitos mais críticos, respeitosos e conscientes da pluralidade que constitui a sociedade brasileira.

Palavras-chave: Educação infantil. Identidade. Relações étnico-raciais.

Submetido em: 06/10/2025 | **Aceito em:** 10/11/2025

Introdução

A Educação Infantil, enquanto primeira etapa da educação básica, constitui-se como espaço fundamental para a construção de identidades e para o desenvolvimento de valores sociais e culturais. Nesse sentido, práticas pedagógicas que contemplem a diversidade e valorizem a identidade étnico-racial assumem relevância singular, uma vez que possibilitam às crianças o reconhecimento de si mesmas e do outro em um processo de pertencimento coletivo.

Conforme destaca Gomes (2017), a construção da identidade negra é um processo contínuo, atravessado por representações sociais, afetos e vivências que



se iniciam ainda na infância. Assim, refletir sobre as relações étnico-raciais desde os primeiros anos escolares é essencial para a formação de sujeitos que se reconheçam em sua história e cultura.

Apesar dos avanços normativos que preveem a inserção da temática étnico-racial no currículo escolar, como a Lei nº 10.639/2003 e a Lei nº 11.645/2008, ainda persiste um cenário marcado por invisibilizações, estereótipos e desigualdades.

Nesse sentido, é importante compreender que tais dispositivos legais não surgiram de forma espontânea, mas são frutos de intensas lutas políticas e sociais. Como destacam Gomes, Silva e Brito (2020), a própria existência dessas leis é resultado da mobilização histórica do movimento negro, que ao longo do século XX articulou saberes e reivindicações pelo direito a uma educação democrática e antirracista, enfrentando o mito da democracia racial e denunciando o racismo estrutural.

Essa perspectiva reforça que práticas pedagógicas que valorizam a diversidade não são apenas ações pontuais, mas desdobramentos de um processo histórico de resistência e conquista de direitos.

Tais desafios atravessam os espaços educativos, repercutindo nas experiências das crianças e no modo como se constituem suas subjetividades. A ausência de representatividade positiva sobre a população negra, indígena e quilombola nos materiais didáticos e nas práticas escolares contribui para a reprodução de preconceitos e para a manutenção de práticas discriminatórias desde a infância.

Considerando a escola como locus privilegiado para a desconstrução do racismo estrutural, este trabalho apresenta uma experiência pedagógica realizada no contexto da Educação Infantil, cujo objetivo foi promover a valorização da identidade e da diversidade étnico-racial. A proposta, intitulada “Como eu me vejo?”, foi desenvolvida a partir de atividades lúdicas que dialogaram com narrativas literárias, expressões artísticas e rodas de conversa, favorecendo a reflexão sobre pertencimento, diversidade e respeito.



Metodologia

A pesquisa foi desenvolvida em um Centro de Educação Infantil municipal, aqui denominado Escola Girassol, localizada em área urbana e atendendo crianças de diferentes contextos sociais. O trabalho ocorreu no âmbito de um estágio curricular supervisionado em Educação Infantil, realizado no segundo semestre de 2023, com carga horária semanal de 20 horas.

A turma participante era composta por 19 crianças, com idades entre três e quatro anos, acompanhadas por uma professora regente e auxiliares de sala. As atividades se inseriram em um projeto didático denominado “Como eu me vejo?”, cujo objetivo central foi promover o reconhecimento da identidade pessoal e coletiva das crianças, a valorização da diversidade étnico-racial e a construção de práticas pedagógicas antirracistas.

A metodologia adotada baseou-se na pesquisa qualitativa, com enfoque na observação participante e no registro sistemático de experiências em diário de campo, entrevistas informais com a professora regente e produções das crianças.

As estratégias pedagógicas envolveram contação de histórias infantis com personagens negros (*Menina bonita do laço de fita* e *Amor de cabelo*), autorretratos com apoio do espelho, rodas de conversa sobre diferenças físicas e culturais, além de atividades artísticas com colagem, desenho e pintura.

A escolha por narrativas literárias com personagens negros e pela valorização da estética corporal das crianças reflete uma prática pedagógica comprometida com a representatividade. Essa preocupação não se restringe ao plano didático, mas insere-se em uma perspectiva de ação afirmativa no cotidiano escolar.

Assim, as experiências foram analisadas a partir de três dimensões: o modo como as crianças se percebem e se representam; as interações estabelecidas no grupo diante da diversidade; a potencialidade do trabalho lúdico como mediador na construção da autoestima e do pertencimento.

Resultados e Discussão



XXI SEMANA DE EDUCAÇÃO DA PERTENÇA AFRO-BRASILEIRA

Espiral da Pertença: Vinte anos de circularidade e debate da perspectivas étnicas e raciais no ODEERE

VII Colóquio Internacional de Educação das Relações Étnicas : VIII Encontro de Religiões de Matriz Africana

VIII Fórum de Educação: Leis 10.639/03 e 11.645/08 Gênero, Diversidade sexual -

V Congresso Internacional de Educação, Língua, Cultura e Território - CIELCULTT

III Festival das Artes: Ancestralidades em movimento : I Jequiê Zumba : Cantinho do Griô



A realização da proposta “Como eu me vejo?” permitiu observar avanços significativos no modo como as crianças se relacionaram com suas próprias identidades e com a diversidade presente no grupo. As atividades possibilitaram a criação de um ambiente no qual a valorização da cor da pele, do cabelo e de outras características físicas se tornou parte da rotina pedagógica, contribuindo para a construção de representações positivas de si e do outro.

Gomes, Silva e Brito (2020) ressaltam que algumas práticas ressignificam a luta pelo direito à educação, uma vez que permitem a inserção de sujeitos historicamente silenciados em espaços de legitimação cultural e social. Assim, ao oferecer oportunidades para que as crianças se reconheçam positivamente em suas histórias e imagens, a escola contribui para o fortalecimento da identidade e do pertencimento desde a infância.

Durante as rodas de conversa e atividades com espelho, muitas crianças demonstraram entusiasmo ao identificar suas características, expressando satisfação ao se reconhecerem e ao receberem elogios dos colegas. Ainda que algumas tenham apresentado inicialmente dificuldades em reconhecer aspectos de sua própria imagem. Tais dificuldades estiveram diretamente relacionadas ao reconhecimento das próprias características negras, como os cabelos cacheados e crespos e a cor da pele.

Durante as atividades, observou-se que algumas crianças negras, ao se olharem no espelho, afirmavam ter cabelo liso ou se autodeclararam brancas, revelando a força dos estereótipos e das representações sociais hegemônicas que marcam a infância.

Em uma outra dinâmica em que precisavam escolher, entre diferentes imagens, aquelas com as quais mais se identificavam ou que consideravam bonitas, algumas crianças optaram por figuras de meninas loiras, de pele clara e cabelos lisos, justificando suas escolhas pela beleza atribuída a essas imagens.

Esse movimento evidencia como o imaginário infantil é atravessado por padrões estéticos eurocêntricos, os quais produzem um processo de negação da própria identidade e reforçam a necessidade de práticas pedagógicas que



problematizem tais discursos e valorizem a estética negra como expressão de beleza e pertencimento.

Munanga (2013) lembra que o enfrentamento ao racismo na educação exige ações que resgatem a memória e a dignidade das populações negras, promovendo uma pedagogia do reconhecimento e da diferença. Nessa direção, Gomes (2017) argumenta que a escola é um dos principais espaços de disputa simbólica pela valorização da identidade negra, e que a Educação Infantil tem papel decisivo nesse processo.

O processo de mediação docente favoreceu diálogos que resultaram em maior aceitação e orgulho de si mesmas. Principalmente considerando que esse movimento também revelou experiências potentes de autoafirmação. Uma das crianças negras, ao se observar no espelho, descreveu com precisão suas características físicas, reconhecendo a diferença em relação aos colegas e expressando satisfação com sua própria imagem.

Ao falar sobre seu cabelo crespo, demonstrou orgulho e valorização de si mesmo, evidenciando que a mediação docente e o espaço de diálogo possibilitaram não apenas a identificação, mas também a ressignificação de atributos historicamente marcados pelo preconceito. Esse exemplo mostra que, quando a criança encontra representações positivas de sua identidade no contexto pedagógico, pode desenvolver um sentimento de pertencimento e autoestima, reforçando a importância de práticas que valorizem a diversidade como condição para a construção de identidades saudáveis desde a infância.

Os auto retratos e painéis coletivos, por sua vez, constituíram registros simbólicos desse movimento de valorização da identidade, na medida em que materializaram a forma como as crianças se percebem e desejam ser vistas. Ao reproduzir a própria imagem, as crianças não apenas reproduziram características físicas, mas também elaboraram sentidos sobre si mesmas, revelando percepções, afetos e sentimentos de pertencimento.

O exercício do autorretrato, aliado ao trabalho coletivo, possibilitou a construção de narrativas visuais em que a diversidade se tornou visível e celebrada,



rompendo com silenciamentos e estigmas frequentemente presentes nos espaços escolares.

Esses registros, quando revisitados em roda, e durante uma exposição do final do período de estágio, na área externa da escola, funcionaram como dispositivos de memória e de reconhecimento, pois permitiram às crianças compartilharem suas produções, validarem a beleza de seus traços e reconhecerem no grupo a pluralidade das identidades que o compõem. Assim, podemos destacar que tais produções artísticas assumem caráter pedagógico e político, ao reforçarem o direito das crianças de serem vistas, ouvidas e respeitadas em sua singularidade e coletividade.

As narrativas literárias, como *Menina bonita do laço de fita* e *Amor de cabelo*, também mostraram-se recursos potentes para ampliar a representatividade e estimular reflexões sobre pertencimento. As crianças não apenas recordaram personagens e enredos, como também estabeleceram relações com suas próprias vivências, mencionando colegas e familiares que se pareciam com as protagonistas.

Os resultados obtidos com a proposta “Como eu me vejo?” evidenciam tanto os avanços quanto os desafios que ainda marcam a efetivação de práticas antirracistas na Educação Infantil. A resistência de determinadas concepções pedagógicas e institucionais mostra como a luta contra o racismo atravessa diferentes esferas da sociedade.

Segundo Gomes, Silva e Brito (2020), a implementação de ações afirmativas encontra obstáculos justamente por explicitar privilégios arraigados em nossa estrutura social e por revelar a permanência do racismo estrutural e epistêmico. Dessa forma, a experiência local conecta-se a um debate mais amplo, indicando que o espaço escolar é também palco das tensões que perpassam as políticas de igualdade racial no Brasil contemporâneo.

Tais resultados corroboram reflexões de Melo (2019), ao destacar que a cultura e a identidade negra ainda encontram obstáculos para se afirmarem em espaços educativos, sendo frequentemente silenciadas ou estigmatizadas. Ao mesmo tempo, confirmam a relevância das Diretrizes Curriculares Nacionais para



a Educação das Relações Étnico-Raciais (BRASIL, 2003), ao apontarem que a inserção de práticas pedagógicas antirracistas na Educação Infantil é condição fundamental para o enfrentamento das desigualdades históricas.

Assim, a experiência aqui relatada demonstra que atividades que valorizam a diversidade contribuem para fortalecer a autoestima das crianças e ampliar o sentimento de pertença, ao mesmo tempo em que revelam os limites institucionais e pedagógicos que ainda precisam ser enfrentados para que o combate ao racismo se efetive no cotidiano escolar.

Conclusão

A experiência pedagógica apresentada reafirma a importância de inserir, desde a Educação Infantil, práticas que valorizem a identidade étnico-racial e fortaleçam o sentimento de pertença das crianças. O projeto “Como eu me vejo?” evidenciou que propostas fundamentadas na ludicidade e na representatividade possibilitam que meninos e meninas se reconheçam em suas diferenças, aprendam a respeitar o outro e desenvolvam uma autoestima positiva.

Os resultados demonstraram que atividades centradas na contação de histórias, no autorretrato e no diálogo coletivo podem se constituir em estratégias eficazes para combater estereótipos e ampliar a consciência sobre diversidade. Ao mesmo tempo, revelaram que o cotidiano escolar ainda apresenta entraves, seja por práticas pedagógicas que limitam a autonomia das crianças seja por práticas que reduzem as possibilidades de construção de identidade, autoconhecimento e autoestima, indicando a necessidade de formação docente contínua e de revisões institucionais.

Nesse sentido, este trabalho contribui para o debate sobre a efetivação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, ressaltando que o enfrentamento ao racismo e às desigualdades deve ser assumido como compromisso pedagógico e ético.

Sinalizamos ainda que, a Educação Infantil, ao articular cuidado e educação, possui papel estratégico na construção de uma sociedade mais justa, plural e respeitosa. Investir em práticas pedagógicas antirracistas significa,



portanto, investir em infâncias que crescem reconhecendo sua força, sua beleza e sua pertença cultural e histórica.

Conclui-se, portanto, que práticas pedagógicas voltadas para a valorização da diversidade não apenas transformam o cotidiano das crianças, mas também se articulam com movimentos mais amplos de promoção da igualdade racial no país.

As ações afirmativas representam uma das maiores inflexões democráticas na educação brasileira das últimas décadas e não podem sofrer retrocessos. Dessa maneira, a experiência vivenciada na Educação Infantil aproxima-se da luta histórica do movimento negro, reafirmando que cada iniciativa pedagógica comprometida com a justiça racial é parte de um processo contínuo de democratização da sociedade.

LISTA DE REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLOOM, Benjamin Samuel; HASTINGS, John Thomas; MADAUS, George Francis. **Manual de avaliação formativa e somativa do aprendizado escolar**. São Paulo: Pioneira, 1983.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394/1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Brasília: Casa Civil, 2003.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394/1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília: Casa Civil, 2008.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.

GOMES, Nilma Lino; SILVA, Paulo Vinícius Baptista da; BRITO, José Eustáquio de. **Ações afirmativas de promoção da igualdade racial na educação: lutas, conquistas e desafios**. *Revista Brasileira de Educação*, v. 25, p. 1-27, 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *População chega a 205,5 milhões, com menos brancos e mais pardos e pretos*. Agência IBGE Notícias, 2016.



XXI SEMANA DE EDUCAÇÃO DA PERTENÇA AFRO-BRASILEIRA

Espiral da Pertença: Vinte anos de circularidade e debate das perspectivas étnicas e raciais no ODEERE

VII Colóquio Internacional de Educação das Relações Étnicas :: VIII Encontro de Religiões de Matriz Africana
VIII Fórum de Educação: Leis 10.639/03 e 11.645/08 Gênero, Diversidade sexual -
V Congresso Internacional de Educação, Língua, Cultura e Território - CIELCULTT
III Festival das Artes: Ancestralidades em movimento :: I Jequiê Zumba :: Cantinho do Griô



MELO, Aline Fernandes de. **Educação das relações étnico-raciais na Educação Infantil: contribuições para a valorização da cultura e identidade negra**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

MUNANGA, Kabengele. **Diversidade, etnicidade, identidade e cidadania**. Movimento-Revista De educação, 2013.